

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 169.^a Sessão Ordinária
Realizada em 30 de Setembro de 1971 - (5.^a-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Domicio Scaramella.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Naeli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Lossó, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (40); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Wilson Fortes, Arthur de Souza, Francisco Escorsin, João Mansur, Nivaldo Krüger, Paulo Poli e Pinto Dias (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

MENSAGENS :

MENSAGEM N.º 24/71

Curitiba, 2 de setembro de 1971.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 222.807,00 (duzentos e vinte e dois mil, oitocentos e sete cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 6.175, de 3 de dezembro de 1970, sobre a Dotação 7-3.7-60-05-3, Programa Pesquisa e Experimentação Agropecuária, Subprograma Fomento e Extensão Agropecuária, Unidade Executora Departamento de Extensão e Fomento, nas consignações que especifica.

O crédito especial cuja autorização para abertura é ora solicitada a essa Augusta Casa de Leis, constitui-se numa medida altamente significativa, eis que permitirá ao Departamento de Extensão e Fomento, da Secretaria de Agricultura, ajustar seu orçamento de maneira a poder cumprir e executar o "Programa de Extensão e Defesa Sanitária Animal e Vegetal" coordenado por Órgãos da Administração Federal. Como recurso para abertura do crédito especial em questão é previsto, de acordo com a Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, o necessário cancelamento de verbas no vigente Orçamento.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) HAROLDO LEON PERES

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 222.807,00 (duzentos e vinte e dois mil, oitocentos e sete cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 6.175, de 3 de dezembro de 1970, sobre a Dotação 71-3 7-60-05-3, Programa Pesquisa e Experimentação Agropecuária, Subprograma Fomento e Expansão Agropecuária, Unidade Executora Departamento de Extensão e Fomento, nas consignações abaixo:

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES	
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.5.0 — Contribuições de Previdência Social	56.415,00
4.0.0.0 — DESPESAS DE CAPITAL	
4.1.0.0 — INVESTIMENTOS	
4.1.3.0 — Equipamentos e Instalações	166.392,00

Art. 2.º — Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, de acordo com o art. 43, parágrafo 1.º, inciso III da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância constante do Orçamento Geral do Estado, na mesma Dotação, Programa e Subprograma, nas consignações abaixo:

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES	
3.1.0.0 — DESPESAS DE CUSTEIO	
3.1.2.0 — Material de Consumo	54.000,00
3.1.3.0 — Serviços de Terceiros	118.807,00
3.1.4.0 — Encargos Diversos	50.000,00

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 25/71

Curitiba, 2 de setembro de 1971

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a contribuição do Estado para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, instituído pela Lei Complementar Federal n.º 8, de 3 de dezembro de 1970.

A mencionada Lei Federal preceitua que os Estados contribuirão para o Programa, mediante recolhimentos mensais ao Banco do Brasil, calculados percentualmente sobre as receitas correntes próprias, sendo 1%, a par-

tir de 1.º de julho de 1971, 1,5% em 1972 e 2% em 1973 e exercícios subsequentes. Prevê, ainda, o recolhimento, para o mesmo Programa, de 2%, das transferências recebidas pelos Estados através do Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios, a partir de 1.º de julho de 1971.

O artigo 8.º, da lei instituidora do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, contém dispositivo segundo o qual a norma Federal especifica aplicar-se-á aos Estados mediante instrumento legislativo estadual, e que aliás, consubstancia o Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Casa de Leis.

Em conformidade com a Regulamentação aprovada pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, para execução da Lei Complementar n.º 8/70, o anexo anteprojeto de lei, prevê autorização para abertura de crédito suplementar até o limite de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros), a fim de que possam ser efetuados os recolhimentos relativos ao período de julho a dezembro deste exercício financeiro.

Certo de que a medida ora submetida a apreciação dessa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) HAROLDO LEON PERES — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. O Estado do Paraná contribuirá para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 8, de 3 de dezembro de 1970, com as seguintes parcelas, que serão mensalmente recolhidas ao Banco do Brasil S.A.:

a) — 1% (um por cento) das receitas correntes próprias, deduzidas as transferências feitas a outras entidades de Administração Pública, a partir de 1.º de julho de 1971, 1,5% (um e meio por cento) em 1972 e 2% (dois por cento) no ano de 1973 e subsequentes;

b) — 2% (dois por cento) das transferências recebidas do Governo da União através do Fundo de Participações dos Estados, Distrito Federal e Municípios, a partir de 1.º de julho de 1971.

Parágrafo único. Não recairá, em nenhuma hipótese, sobre as transferências de que trata este artigo, mais de uma contribuição.

Art. 2.º. As autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações instituídas pelo Estado, contribuirão para o Programa com 0,4% (quatro décimos por cento) da receita orçamentária, inclusive transferência e receita operacional, a partir de 1.º de julho de 1971, 0,6% (seis décimos por cento) em 1972 e 0,8% (oito décimos por cento) no ano de 1973 e subsequentes.

Art. 3.º. Beneficiar-se-ão das vantagens do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, na forma e condições previstas na Lei Complementar Federal n.º 8, apenas os servidores estaduais em atividade, inclusive os de entidades da Administração indireta e fundações.

Art. 4.º. Para execução desta lei no corrente exercício financeiro, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros).

Art. 5.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

TELEGRAMAS:

— Do Senhor General Tourinho, Comandante da 5a. Região Militar e 5a. Divisão de Infantaria, em atenção ao Requerimento do Senhor Deputado Antônio Lopes Junior, no seguinte teor:

Sensibilizado agradeço congratulações enviadas transcurso Semana do Exército PT SDS — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

— Do Senhor Deputado Alípio Carvalho, 4.º Secretário da Câmara Federal, em atenção ao Requerimento do Senhor Deputado Maurício Fruct, no seguinte teor:

23-8-71. acuso recebimento telegrama relativo Refinaria Petrobrás PT Este tratando pessoalmente com Presidente Petrobrás et dia dezenove corrente fiz discurso pt Assunto está mãos: Presidente Petrobrás cuja decisão será resultados estudos em andamento pt Sds. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado infra-assinado no uso de suas atribuições e na forma disposta no Regimento Interno REQUER a isenção em Ata dos trabalhos desta Casa um voto de congratulações pelo transcurso do Primeiro Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1971.

a) — Ivo Tomazoni

JUSTIFICATIVA:

Esta Casa aprovou em data de 28 do corrente um requerimento de autoria do Deputado Arthur de Souza e João Mansur, fixando uma Sessão Especial e Solene para o dia 25 de novembro, com o fito de que este Poder Legislativo se associe ao evento centenário.

Em data de hoje, desejamos lembrar que segundo a documentação oficial, coletada no terceiro volume dos Anais da Comunidade Brasileiro Polonesa, transcorre a vinda das famílias polonesas. Não é fácil desvendar a data certa da vinda dos primeiros colonos imigrantes ao Paraná, mas segundo a mencionada documentação isto se deu no mês de setembro de 1871, quando por meio de carroças chegaram as esposas dos colonos, provenientes de Brusque, Santa Catarina, para onde vieram em 1868.

O registro nos Anais desta Casa significa o reconhecimento dos representantes do povo para uma das maiores comunidades que vieram até o nosso Estado, integrando-se a outras correntes provenientes de países distantes e de todos os recantos da Nação Brasileira.

Ao consignarmos o presente voto de congratulações, desejamos ressaltar que os descendentes de poloneses, congregados em torno da superintendência do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná, escolheram a melhor forma de comemorar a Efeméride Jubilar, qual seja registrar os efeitos na publicação dos Anais da Comunidade Brasileiro Polonesa, que se encontra no 5.º Volume. Nesta obra monumental estão registrados os efeitos daquele agricultor anônimo que, sem auxílio dos Governos da Polônia e Brasil, semeou Colônias, implantou civilização, mediante Igrejas, Sociedades e Escolas ao longo dos Vales do Iguaçu e Rio Negro, bem como ainda pelos Campos Gerais e de Guarapuava, disseminando-se para as demais regiões e Estados sulinos.

Seja este modesto registro a significação do apreço e consideração que os Deputados à Assembleia Legislativa do Paraná tributam à maior leva de imigrantes que aportou ao nosso Estado.

Da deliberação seja dada ciência à Superintendência do Centenário, situada à Alameda Carlos de Carvalho, 575, nesta Capital.

Requerimento

Senhor Presidente:

No início de 1946, 3 jovens estudantes universitários, Kahlil Rae, Hélio Brandão e Gabriel Machado, reuniram-se na casa número 708, da rua Saldanha Marinho, a fim de traçarem planos para a formação de uma Orquestra de Concertos. O fruto desta reunião foi a fundação da Orquestra Estudantil de Concertos, que após exaustivo trabalho de pesquisa em Faculdades, Diretórios Estudantis, Colégios e outros centros culturais, conseguiu realizar seu primeiro ensaio a 29 de setembro de 1946, com 16 componentes e sua primeira apresentação a 19 de dezembro do mesmo ano nos Salões do Circo Militar do Paraná e sob a regência do maestro Bento Mössurunga. Des-

de então a Orquestra Estudantil de Concertos trabalhou ininterruptamente com seguidas apresentações procurando sempre o desenvolvimento da música erudita em nossa terra, tendo sido reconhecida em 1952, Instituição de Utilidade Pública.

O Magnífico Reitor Flávio Suplicy de Lacerda em cumprimento a uma das finalidades de alto alcance da Reitoria e por ocasião da inauguração de seu Auditório em 1958, não só incentivou como proporcionou o desenvolvimento da Orquestra Estudantil de Concertos transformando-a na Orquestra Sinfônica da Universidade Federal do Paraná, época coincidente com o regresso dos EE.UU. de seu regente Gedeão Martins. Sendo uma Organização com administração independente, subvencionada e reconhecida oficialmente pela Reitoria, a Orquestra Sinfônica da Universidade Federal do Paraná possui atualmente um grande acervo instrumental destinado a emprestimo àquêles que procuram o estudo dos instrumentos raros e não podem adquiri-los pelo alto custo.

Com 70 componentes, a Orquestra Sinfônica da Universidade Federal do Paraná é constituída de professores, estudantes e elementos de real valor artístico de nossa Capital, possuindo uma Orquestra Juvenil que fundada com a incumbência de preparar instrumentistas capacitados, tem se apresentado seguidamente ao publico causando surpresa pelo seu elevado padrão técnico.

Além de concertos oficiais nas temporadas artísticas do Auditório da Reitoria, concertos populares em Bairros da Capital e apresentações nas Universidades Volantes a Orquestra Sinfônica da Universidade Federal do Paraná tem-se apresentado com grande sucesso em todo o Estado e nas principais Capitais brasileiras. Em São Paulo, Teatro Municipal e Universidade Mackenzie; Rio de Janeiro, Teatro Municipal e Palácio Guanabara; Belo Horizonte, Auditório da Associação Médica. É digna de nota a apresentação realizada para o Senhor Presidente da República, Ministros de Estado e Corpo Diplomático no Palácio Alvorada em Brasília, além de apresentações na Academia Militar de Agulhas Negras, Universidade Gamã Filho, Escola Superior de Guerra e na Quinta da Boa Vista, perante 30 mil pessoas.

Como se nota, além da inestimável contribuição prestada para o desenvolvimento da música paranaense, a Orquestra Sinfônica da Universidade Federal do Paraná projetou o nome de nosso Estado nacionalmente, constituindo-se, sem sombra de dúvida, na maior expressão artística, no gênero, em todo o Brasil.

Isto pôsto, requeiro à Mesa, regimentalmente, consigne-se na Ata dos trabalhos da sessão de hoje um voto de regozijo pela passagem, na data de ontem, do 25.º aniversário de fundação da Orquestra Sinfônica da Universidade Federal do Paraná, e, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Magnífico Reitor da Universidade do Paraná, bem como ao Maestro Gedeão Martins, cumprimentando-os e a todos os integrantes da Orquestra pela passagem da importante data.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1971.

(a) — Mauricio Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando que o General do Exército IDALIO SARDENBERG é natural do Estado do Paraná;

Considerando que viveu a infância e juventude nesta Capital, realizando aqui os seus primeiros estudos;

Considerando que, ingressado na carreira militar, participou ativamente da Revolução de 1930, sob a liderança do General Mário Tourinho e do Coronel Plínio Tourinho;

Considerando que no posto de 1.º Tenente, serviu com brilho, no antigo 9.º Regimento de Artilharia de Montanha (9.º RAM.), então sediado no atual Quartel do C.P.O.R.;

Considerando que, militante política, exerceu os mandatos de Deputado Estadual e de Deputado Federal do Paraná;

Considerando que, no exercício do mandato de Deputado Federal, teve destacadíssima atuação nos trabalhos de elaboração da Constituição da República em 1934;

Considerando que, prestou relevantes serviços ao País na Presidência da PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. — PETROBRAS — à qual deu a estrutura e o dinamismo que contribuíram para a projeção da empresa e para a consolidação do monopólio estadual do petróleo;

Considerando que, à frente da PETROBRAS, planejou pessoalmente o aproveitamento econômico dos gases, antes desperdiçados, dos poços petrolíferos no Recôncavo Baiano, cujo Projeto, inédito e eficiente, causou admiração mundial; e passou a ser adotado em todos os países produtores de petróleo;

Considerando que, à frente da PETROBRAS, foi quem elaborou o Projeto da usina-piloto para exploração econômica do xisto piro-betuminoso de São Mateus do Sul no Paraná, agora em fase de ultimção, quando a região irá sofrer extraordinário impulso desenvolvista com a implantação da Petroquímica e de indústrias outras;

Considerando que, à frente da PETROBRAS, se tornou o pai do Projeto de implantação de uma Refinaria de Petróleo no Estado do Paraná, visando beneficiar a economia paranaense e permitir o aproveitamento da nossa mão-de-obra;

Considerando que jamais abdicou da sua condição de democrata e de nacionalista, colaborando, com os Poderes competentes, para a realização de um Brasil emancipado, livre e respeitado no concerto das Nações;

Considerando que, após frutífera gestão na Chefia da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, vem de ser honrado com a desvanecedora confiança do Exmo. Sr. Presidente da República, tendo assumido, em data de ontem, a Chefia do Estado Maior das Forças Armadas;

Considerando que esse auspicioso fato causa intenso júbilo no seio do Povo Paranaense, e

Considerando que, nós Representantes do Povo, não podemos omitir-nos nesta conjuntura mórmente quando se trata do prestigiamento de um parlamentar do nosso Estado e Brasileiro ilustre, Requer o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata da sessão de hoje desta Casa, um voto de congratulações ao General de Exército IDALIO SARDENBERG por sua posse na tarde de ontem, na Chefia do Estado Maior das Forças Armadas, e que a ele dê conhecimento desta decisão, como expressão de alegria e do orgulho patriótico do Povo Paranaense.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1971.

(a) — Francisco Escorsin

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer à Mesa, regimentalmente, justificação à falta a sessão legislativa de 29 do corrente, por se encontrar na cidade de Antonina, colhendo subsídios para trabalho que está organizando, a ser apresentado nesta Casa.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1971.

(a) — Mauricio Fruct

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de regozijo na Ata dos trabalhos, pela investidura ao importante cargo de Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria, do Sr. Lydio Paulo Bettega, eleito novamente, quando diversos Estados concorreram.

Requer, outrossim, seja dado conhecimento ao homenageado, através de expediente desta Assembléia.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1971.

(a) — Domicio Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados abaixo assinados, respectivamente, Presidente dos Trabalhos do Encontro Interparlamentar das Assembléias Legislativas do Sul, recentemente realizado nesta Capital e Membros da Comissão do Paraná, requerem, após ouvido o Plenário, um voto de aplausos aos Deputados representantes da Assembléia do Rio Grande do Sul, Pedro Simon e Fernando Gonçalves, pela maneira cavalheiresca com que trouxeram ao debate, o brilho da sua cultura e o dinamismo dos seus conhecimentos, contribuindo muito para o êxito das reuniões aqui realizadas.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1971

(aa) Ivo Tomazoni, Presidente dos Trabalhos;

Antônio Lopes Júnior, Presidente da Comissão de Reforma do Regimento Interno;

Odilon Reinhardt — Relator da Comissão;

Maurício Fruet — Membro da Comissão

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados abaixo assinados, respectivamente Presidente dos Trabalhos do Encontro de Parlamentares das Assembléias do Sul, recentemente realizado nesta Capital e Membros da Comissão do Paraná, requerem após ouvido o Plenário, um voto de reconhecimento e de regozijo ao Deputado Federal Célio Borja. De reconhecimento, pela sua valiosa contribuição ao Encontro citado, expondo, esclarecendo e debatendo, o dia todo, o assunto objeto da reunião. De regozijo pelo fato de contar a Câmara Federal, com um Parlamentar modelo, pela cultura, pela inteligência, pelo trabalho, sempre pronto a colaborar pelo aprimoramento da Instituição que representa.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1971

(aa) Ivo Tomazoni, Presidente dos Trabalhos;

Antônio Lopes Júnior, Presidente da Comissão de Reforma do Regimento Interno;

Odilon Reinhardt — Relator da Comissão;

Maurício Fruet — Membro.

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados abaixo assinados, Presidente dos trabalhos do Encontro de Parlamentares do Sul, recentemente realizado nesta Capital e Membros da Comissão do Paraná, requerem, após ouvido o Plenário, um voto de aplausos aos Deputados integrantes da Representação de Santa Catarina, Henrique Cordova e Murilo Sampaio Canto, pelo trabalho aqui desenvolvido, contribuindo muito para o êxito da reunião.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1971

(aa) Ivo Tomazoni, Presidente dos Trabalhos;

Antônio Lopes Júnior — Presidente da Comissão

Odilon Reinhardt — Relator

Maurício Fruet — Membro

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados abaixo assinados, Presidente dos Trabalhos do Encontro de Parlamentares do Sul, recentemente aqui realizado e Membros da Comissão do Paraná, requerem, após ouvido o Plenário, um voto de aplausos aos representantes da Assembléia Legislativa de São Paulo, Deputado Caio

Pompeo Toledo e Joaquim Carlos Del Bosco do Amaral, pelo trabalho aqui desenvolvido, com clarividência e cultura, contribuindo muito para o êxito da reunião.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1971

(aa) Ivo Tomazoni — Presidente dos Trabalhos
Antônio Lopes Júnior — Presidente da Comissão
Odilon Reinhardt — Relator
Maurício Fraet — Membro

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhada sugestão ao Ilmo. Sr. Diretor Presidente da COHAPAR, Cel. Levy Rebello, no sentido de ser estudada a possibilidade de construir em Palmas, casas populares, visando dar melhores condições de habitação aos operários de suas inúmeras indústrias, sendo que esta é uma das grandes preocupações do Governo, atualmente empregando todos os esforços para elevar aquela posição no setor habitacional.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1971.

(a) Domício Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe apelo aos Excelentíssimos Senhores Ministro Jarbas Passarinho, da Pasta da Educação e ao Reitor Ascênio Garcia Lopes, da Universidade de Londrina, no sentido de que determine providências para que os alunos que cursarem o Clássico, sejam isentados de realizar provas de Matemática e Ciências, nos exames vestibulares para as Faculdades de Direito e Filosofia, a exemplo do que vinha ocorrendo o ano passado.

A razão dessa solicitação prende-se ao fato de Londrina, com essa exigência, constituir um caso isolado entre as Universidades, já que contraria o sistema dos exames unificados para o vestibular, instituído pelo Governo Federal.

A alegação de que há tempo, ainda, para o preparo dos alunos nessas cadeiras, feita pela Reitoria, não encontra guarida pois é fácil depreender-se que o tempo é exíguo para colocar em dia matérias que exigem, pelo menos, dois anos de constantes estudos.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1971.

(a) — Antônio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições e nos termos regimentais, requerem, consultado o Plenário, o encaminhamento de veemente apelo ao Senhor Evaldo Vita, Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., no sentido de ser instalada, com a urgência que o caso requer, uma Agência do referido estabelecimento oficial de crédito no próspero Município de Vitorino, no Sudoeste paranaense, em razão do vultoso movimento comercial que se verifica naquela área, graças à sua excepcional produção agrícola e industrial.

Requerem, outrossim, que se envie cópia do presente requerimento ao Senhor Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitorino.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1971.

(aa) — Lázaro Dumont e Ivo Tomazoni

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, Considerando:

- 1) — que a menor denominada simplesmente “Mônica”, foi encontrada abandonada na comarca da Lapa;
- 2) — que a mesma vem sendo apresentada pela imprensa escrita e falada do país, assim como em programas de televisão, sem que se saiba a situação de direito em que a referida menor se encontra, apesar da legislação indicar responsável de direito;
- 3) — a possibilidade de terceiros inescrupulosos estarem tirando proveito da situação em que a mesma se encontra;
- 4) — e pensando, sobretudo, no futuro da referida menor,

REQUER

A Vossa Excelência, que encaminhe ofício urgente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, solicitando, desde que não haja impecilho, as seguintes informações do Sr. Dr. Juiz de Direito da Lapa:

- a) — Existe ou não processo relativo ao abandono da menor ou qualquer outro que diga respeito aos interesses da mesma?
- b) — se foi nomeado curador à menor e, em caso afirmativo, quem?
- c) — onde a menor se encontra depositada e sob responsabilidade de quem?
- d) — se os exames médicos, principalmente de anarco-análise, divulgados pela revista “O Cruzeiro” vêm sendo feitos por médicos legalmente compromissados, por determinação desse Juízo. Em caso afirmativo, dizer qual o nome do médico;
- e) — com relação ao caso, qual foi a atitude tomada pelo Ministério Público?
- f) — se é do conhecimento desse Juízo a existência de algum “Cachet” pago à menor por suas apresentações em programas de televisão ou pela mencionada revista.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1971.

(a) **Alvaro Dias**

REQUERIMENTO

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário,

REQUER seja encaminhado expediente ao senhor Dr. Marcos Prado, digno Diretor do Detran, para que sejam estudadas as possibilidades de implantação dos conhecidos “Quebra-Molas” no decurso das Avenidas Kennedy e Paraná, principalmente nas imediações de Igrejas, escolas e estádios, visando conter o excesso de velocidade dos veículos que por elas trafegam, para assim coibirem-se e prevenirem-se acidentes inumeráveis com o sacrifício de vidas preciosas, como se tem verificado ultimamente, com notícias quase que diárias das ocorrências.

Entendemos ser esta a única fórmula de solução prática do problema, uma vez que aquelas avenidas, com suas largas extensões, dificultam a ação preventiva através de policiais.

Esta petição é feita atendendo pedido dos moradores de ambas as regiões que preocupados estão com a morte de seus familiares, principalmente crianças e colégias.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 1971.

(a) — **Igo Losso**

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N. 213/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cristã de Moços, na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1971.

(a) — **Maurício Fruet**

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO DE MOÇOS DE CURITIBA, filiada à Federação Brasileira de Associação Cristã de Moços, é acima de tudo um centro de boas amizades num ambiente cristão. Procura realizar o ambiente da família e se destina ao aperfeiçoamento das condições normais, intelectuais e físicas dos moços, objetivando criar e engrandecer o valor pessoal a serviço da comunidade. Sem fins lucrativos, a entidade presta relevantes serviços à comunidade curitibana e paranaense.

- ANEXO: — 1. Estatuto da entidade.
2. Relação dos componentes da diretoria.
3. Balancete de 1970.

PROJETO DE LEI N.º 214/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma rodovia ligando Cidade Gaucha, Rondon, Indianópolis, Cianorte, Terra Boa, Engenheiro Beltrão, Barbosa Ferraz à Ortigueira, saindo na "Rodovia do Café" (BR—376).

Art. 2.º — O Orçamento Geral do Estado consignará dotação especial para cobrir as despesas com a consecução da obra acima.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1971.

a) — Helio Manfrinato

JUSTIFICATIVA:

Constitui um legítimo anseio das populações dos Municípios de Cidade Gaucha, Rondon, Indianópolis, Cianorte, Terra Boa, Engenheiro Beltrão, Barbosa Ferraz e Ortigueira, a construção de uma rodovia "alimentadora" que, diminuindo distâncias, iria se encontrar com a Rodovia do "Café", nas proximidades da última cidade citada. Esta via, além de desafogar o grande tráfego da Rodovia do Café, nas confluências de Maringá teria o condão, ainda de carrear para o escoadouro marítimo do Estado, a grande produção agrícola daqueles Municípios, hoje onerados — devido à maior distância a ser percorrida — com elevados fretes. A Câmara Municipal de Cianorte, em sessão realizada no último dia 21, por unanimidade, solidarizou-se a essa expectativa de sua população e, no mesmo sentido os outros legislativos municipais. É uma reivindicação justa e de alto alcance econômico-social.

PROJETO DE LEI N.º 215/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o Ginásio "Oswaldo Palhares" do Distrito de Tamarana, no Município de Londrina, pertencente à Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos.

Art. 2.º — O Governo do Estado regulamentará, através de decreto, as normas para execução desta Lei, assim como determinará as providências que se fizerem necessárias.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1971.

a) — Alvaro Dias.

JUSTIFICATIVA:

Construído através da cooperação comunitária, o Ginásio "Oswaldo Palhares" se constitui, hoje, em realidade educacional de grande valia para um centro rural como é o Distrito de Tamarana. Nem por isso, contudo, deixa de ter uma série de dificuldades para o seu funcionamento completo. Pro-

blema de ordem financeira o assoberba constantemente. O Estado tem, constitucionalmente, o dever de dar assistência educacional ao povo. Em nosso entendimento, a estadualização do Ginásio "Osvaldo Palhares" é a solução encontrada. É esse, também, o pensamento dos moradores daquele progressista Distrito, que esperam, neste sentido, o apoio e compreensão de nosso Legislativo e das autoridades executivas estaduais.

PROJETO DE LEI N.º 216/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o Ginásio "John Kennedy" do Distrito de Guaravera, no Município de Londrina, pertencente à Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos.

Art. 2.º — O Governo do Estado regulamentará, através de decreto, as normas para execução desta Lei, assim como determinará as providências que se fizerem necessárias.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1971.

(a) — Álvaro Dias.

JUSTIFICATIVA: — Construído através da cooperação comunitária, o Ginásio "John Kennedy", se constitui, hoje, em realidade educacional de grande valia para um centro rural como é o Distrito de Guaravera. Nem por isso, contudo, deixa de ter uma série de dificuldades para o seu funcionamento completo. Problema de ordem financeira o assoberba constantemente. O Estado tem, constitucionalmente, o dever de dar assistência educacional ao povo. Em nosso entendimento, a estadualização do Ginásio "John Kennedy" é a solução encontrada. É esse, também, o pensamento dos moradores daquele progressista Distrito, que esperam, neste sentido, o apoio e compreensão de nosso Legislativo e das autoridades executivas estaduais.

PROJETO DE LEI N.º 217/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o Ginásio "Hugo Cabral", do distrito de Paiquerê, no Município de Londrina, pertencente à Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos.

Art. 2.º — O Governo do Estado regulamentará, através de decreto, as normas para execução desta lei, assim como determinará as providências que se fizerem necessárias.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1971.

(a) — Álvaro Dias.

JUSTIFICATIVA:

Construído através da cooperação comunitária, o Ginásio "Hugo Cabral" se constitui, hoje, em realidade educacional de grande valia para um centro rural como é o distrito de Paiquerê. Nem por isso, contudo, deixa de ter uma série de dificuldades para o seu funcionamento completo. Problema de ordem financeira o assoberba constantemente. O Estado tem, constitucionalmente, o dever de dar assistência educacional ao povo. Em nosso entendimento, a estadualização do Ginásio "Hugo Cabral" é a solução encontrada. É esse, também, o pensamento dos moradores daquele progressista distrito, que esperam, neste sentido, o apoio e compreensão de nosso Legislativo e das autoridades executivas estaduais.

PROJETO DE LEI N.º 218/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de São Jorge do Ivaí, uma Inspeção Regional de Ensino.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1971.

(a) — Antônio Costa

JUSTIFICATIVA:

São Jorge do Ivaí, laborioso Município paranaense, pela posição geográfica que ocupa, engloba vasto contingente estudantil, encerrando portanto questões educacionais as mais variadas, na problemática estudantil de toda a região adjacente e sua municipalidade. Uma Inspeção Regional de Ensino viria satisfazer as necessidades prementes da região no que concerne tanto ao corpo docente como discente dos estabelecimentos escolares do meio geográfico em tela, além de realizar um dos anseios maiores da população da quele Município do rico Norte paranaense.

PROJETO DE LEI N.º 219/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública estadual a Sociedade L. de Ed. e Ass. Social — SOLEAS.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1971.

(a) — Antônio Costa

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Londrinense de Educação e Assistência Social — SOLEAS — mantenedora do Seminário Vicente Pallotti, de Londrina, ocupa posição de real destaque no campo educacional do norte paranaense. Os serviços educacionais que presta ao povo do Paraná em geral e, em específico ao de Londrina, não podem e não devem ser esquecidos pelos poderes estaduais. A referida Sociedade, para prosseguir nos seus meritórios e louváveis fins educacionais, luta com problemas financeiros dos mais difíceis, sem contudo arrefecer o ânimo e o ideal. Sendo declarada de utilidade pública estadual, já que a municipal foi conseguida, a — SOLEAS — continuará com mais denodo o aprimoramento intelectual da juventude deste Estado.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, em Plenário, do Dr. Laufrán Villanueva, Superintendente do IPE.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Belinati.

Não se encontrando presente o referido Deputado e não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Borsari Neto, primeiro inscrito para o Grande Expediente.

O SR. BORSARI NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É grande o número de agrupamentos populacionais no Brasil que não são atendidos por adequados sistemas de abastecimento de água e coleta de esgoto sanitário.

A antiga política paternalista que vigia no setor, agravada pela pulverização de verbas, é entendida como causa determinante do atraso do saneamento básico em nosso País. Há a sobressaltar ainda a antiga existência de mais de treze órgãos tratando do setor, somente no âmbito dos Ministérios.

Observa-se, de longa data, a ação do sanitarista brasileiro, procurando que fôsse firmada no âmbito federal uma política nacional de saneamento.

Então, a multiplicidade de órgãos, as aplicações a fundo perdido e o fracionamento das dotações orçamentárias, também retardaram consideravelmente o aumento do número de serviços do abastecimento de água e coleta de esgotos.

Foi atendendo a todos esses reclamos que o Governo Federal, face ao baixo índice de atendimento encontrado no setor, e visando implantar uma nova política, considerando não só o aspecto social e rentável desses sistemas, mas também as diretrizes de que os mutuários devem pagar o preço justo dos benefícios recebidos, instituiu o Sistema Financeiro de Saneamento — SFS. Nós observamos que o suporte do esquema proposto são os Fundos Estaduais de Saneamento Básico e que foram instituídos pelos diversos Estados de nossa Federação.

O Paraná já dispunha de um Fundo Estadual de Água e Esgoto, criado em 1963. Adotou esse Fundo a nova sistemática e observa-se através do Orçamento Plurianual de Investimentos, o firme propósito do Governo do Sr. Haroldo Leon Peres, de incrementar e dinamizar esse setor.

Observa-se também que no momento a redução dos juros e da incidência da correção monetária beneficiará notadamente a aplicação desse Fundo e a consequente ampliação do número de cidades atendidas pelo serviço básico de saneamento.

É por assim entender que submetemos à consideração da Mesa o seguinte Requerimento: (Lendo):

“REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer, ouvido o Plenário, sejam encaminhados ofícios ao Exmo. Sr. Ministro do Interior e à Direção do Banco Nacional de Habitação, encarecendo providências que visem reduzir os juros e amenizar a incidência de correção monetária nos empréstimos concedidos através do Sistema Financeiro do Saneamento (SFS) aos Fundos Estaduais de Águas e Esgotos, a exemplo das medidas adotadas para os financiamentos do Sistema Financeiro habitacional.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1971.

(a) — Borsari Neto

JUSTIFICATIVA:

É reconhecido que o Sistema Financeiro do Saneamento — SFS, gerido pelo Banco Nacional de Habitação — BNH, surgiu como novo esquema de alto alcance social e em condições de equacionar e apresentar soluções dentro de uma programação global e adaptável em níveis nacional, regional, estadual e municipal, para grande parte dos problemas de abastecimento de água e coleta de esgotos existentes no País.

Representam, entretanto, a garantia do sistema proposto e o suporte do Sistema Financeiro do Saneamento, os Fundos Estaduais de Água e Esgotos. Diversos Estados da Federação criam Fundos de Água e Esgotos e os já existentes foram adequados às novas exigências.

Verifica-se, entretanto, nos diversos estudos de viabilidade econômica para implantação de sistema de abastecimento de água que a redução dos juros e a amenização da incidência de correção monetária nos empréstimos concedidos através do Sistema Financeiro do Saneamento aos Fundos Estaduais de Água e Esgotos trariam notáveis facilidades de aplicação desses fundos com o consequente mais rápido aumento do número de comunidades brasileiras atendidas com a água potável.

Ressalta-se os benefícios que poderão surgir ao nosso Estado, já que

se observa através do Orçamento Plurianual de Investimentos, o firme propósito do Governo Haroldo Leoni Peres de incrementar o Setor de Saneamento.

Entendemos justificar-se, assim, o nosso requerimento, já que o Governo Federal tem se mostrado altamente sensível à solução desses problemas, como muito bem demonstra o seu empenho em fortalecer a estrutura do sistema habitacional e em corrigir eventuais distorções que a prática tenha demonstrado”.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os Srs. Deputados Nivaldo Krüger e Antônio Belinato requereram, há poucos dias, que expedientes fossem dirigidos ao Departamento Estadual de Trânsito. O primeiro deles foi negado por esta Casa pelo ilustre Líder da Bancada governista, uma vez que solicitava a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para verificar possíveis irregularidades lá ocorridas.

O segundo, de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinato, era no sentido de que fosse encaminhado ofício ao Sr. Diretor do Trânsito, solicitando que fossem dispensados de seus postos os atuais Despachantes de Trânsito.

A nossa presença na Tribuna, nesta oportunidade, não é para fazer alusão às proposições dos ilustres Deputados, porque se trata de matéria vencida. Queremos apenas externar e registrar nesta Casa o que pensamos sobre o Departamento Estadual de Trânsito que, em nossa opinião, está muito bem dirigido e em boas mãos entregue, pois seu Diretor é o arquiteto Marcos Prado.

Temos ido àquele Departamento em busca de algumas informações e a serviço de nossa função, tratando de casos relacionados com os Municípios que representamos nesta Casa, e temos recebido, por parte do Dr. Marcos Prado e seus auxiliares, não só diretos como dos funcionários daquele órgão, tratamento cordial e temos, igualmente, sido atendidos com presteza e atenção.

Queremos deixar registrado, nesta Casa, que o Dr. Marcos Prado é muito bem assessorado, é um homem dinâmico, que está se preocupando em dotar o Estado de melhores condições, principalmente no que diz respeito à tramitação da documentação e atendimento das partes naquele órgão e nos órgãos do interior subordinados àquele Departamento.

Queremos também falar sobre os Convênios que vêm sendo firmados entre o Detran e as Prefeituras Municipais. Através dos Convênios o Detran outorga poderes aos Municípios para que instalem em suas Comunas departamentos, órgãos ou designem funcionários para atender ao serviço de tramitação da documentação de trânsito e transferência de veículos.

Desejamos externar nossa opinião com relação a esses Convênios. Eles vêm, realmente, de encontro ao interesse dos Municípios, principalmente nos menores Municípios, onde o número de veículos é reduzido, de 100, 200 ou pouco mais. Porém, nossa opinião relativamente a cidades maiores é de que este serviço deve ser realizado como vem sendo realizado, pelo Despachante Oficial de Trânsito. Se as Prefeituras Municipais vierem a fazer este serviço de encaminhamento e preparação da documentação e registro de licenciamento de veículos e ainda a preparação de documentos para Carteira de Habilitação, por certo que as partes deixarão de procurar os Despachantes. No meu entender esta classe toda, que é a do Despachante Oficial, deve ser prestigiada, porque ela está em contacto diário e diuturno com o DETRAN. No

Interior, os chefes da SIDETRAN fiscalizam, acompanham, orientam os despachantes de trânsito e, é óbvio, é conhecido que muitos despachantes muitas vezes faltam com suas obrigações profissionais. Então, esses relapsos funcionários, esses despachantes que de uma maneira ou de outra deixam de atender e corresponder às suas altas funções, estes então devem ser responsáveis por seus atos, mas os despachantes honestos, capazes, conscientes de suas obrigações e de suas obrigações e de suas responsabilidades, esses devem merecer, todos eles, do Sr. Diretor do Trânsito e do Governo do Estado, toda a consideração.

Nós queremos, com relação ao requerimento do Sr. Deputado Antônio Belinati, que não se encontra presente, mas a quem não queremos dirigir nenhuma crítica, quando ele pedia ao Diretor do DETRAN que se dispensasse dos testes, regulamentado pelo Decreto n.º 741, publicado em 9 do mês corrente, os despachantes com exercício há mais de três anos.

Realmente, é uma medida acertada e que se merece a acolhida do Sr. Diretor, atenderá em muito aos despachantes que se encontram neste caso.

No Interior eu percebo isso. A implantação do exame psicotécnico para a expedição das Carteiras de Habilitação Nacional, é uma exigência que não é do Estado do Paraná, que não é do DETRAN, mas é uma exigência do Código Nacional de Trânsito, mas, por nós não estarmos ainda capacitados não estamos aparelhados ainda para dar um atendimento cem por cento os interessados no Interior, têm sido reclamada a presença, muitas vezes, nas sedes de alguns municípios que têm a sua SIDETRAN, da Comissão que faz os testes psicotécnicos. Porém, existe nesta Casa uma Mensagem do Sr. Governador do Estado, propondo a criação da FURESTRAN — Fundo de Equipamento do Trânsito do Estado. Com estes recursos advindos em virtude dessa Proposição Governamental, nós temos a certeza de que em breve tempo o DETRAN do Paraná estará aparelhado para o atendimento, em todo o Estado.

Eu quero apenas, antes de deixar a Tribuna, reiterar o objetivo principal da nossa presença aqui.

Primeiro dos convênios existentes entre o DETRAN e os Municípios; entendendo que o convênio vai de encontro aos interesses da coletividade dos Municípios menores, porque imaginem Sr. Presidente e Srs. Deputados, se todos os Municípios do Paraná se decidissem a firmar tal convênio, viria sem dúvida alguma o fechamento das portas dos despachantes de trânsito.

E segundo, dizer sobre a Mensagem criando a FURESTRAN tão necessária, que sem dúvida alguma virá de encontro ao atendimento e aos anseios do povo paranaense.

Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Hélio Manfrinato.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há longos dias não passamos por esta tribuna. Mas, em consequência das pesquisas feitas durante nossas visitas ao Interior do Estado, nós, antes de entrarmos com um Projeto, gostaríamos de nos solidarizar com o nosso ilustre companheiro e colega desta Casa, S. Exa. o Sr. Deputado Armando Queiroz, pela catástrofe sucedida domingo passado, em Campo Mourão, pela madrugada. Pois lá, Sr. Presidente, houve este acidente que, durante esta minha vida, jamais havia presenciado. Nós queremos, Sr. Deputado Armando Queiroz, daqui desta Tribuna, render homenagens a V. Exa. e colocarmo-nos à disposição, se alguma coisa depender de nossa ajuda, aqui está este modesto Deputado à disposição de V. Exa. e do povo de Campo Mourão. Mas, para dar início na tarde de hoje, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Projeto que me traz a esta Tribuna em consequência das Câmaras de Ve-

readores de Gaúcha, Indianópolis, Cianorte, Terra Boa, Engenheiro Beltrão e Barbosa Ferraz, pois estas Câmaras de Vereadores, em reunião que tivemos, resolveram aprovar, por unanimidade, um pedido, por meu intermédio, a esta Assembléia Legislativa, de um traçado de estrada que ligaria estes Municípios em linha reta, ligando a BR-376 estas cidades.

Vejam os Srs. Deputados, esta estrada seria um ato benemérito se aprovado pelo DVOP e por esta Casa, seria trazer tantos recursos àqueles Municípios, pois a região é de café, de soja, de algodão e afinal é uma região de todos os cereais, principalmente no setor do milho.

O Sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Meu aparte tem o propósito de agradecer a V. Exa. as palavras que acaba de proferir, com relação ao problema ocorrido em Campo Mourão. Temos recebido solidariedade praticamente de todas as regiões de nosso Estado e, no instante em que V. Exa. pronuncia palavras de conforto e de estímulo, queria manifestar a V. Exa. o nosso reconhecimento e o nosso muito obrigado em nome da cidade de Campo Mourão.

O SR. HELIO MANFRINATO — Muito obrigado a V. Exa., nobre Deputado Armando Queiroz. O seu aparte me sensibiliza, pois trata-se de problema social, mas nós teremos fé no Governador do Estado e em Deus principalmente, e em tudo iremos dar um jeito. Mas, prosseguindo, Sr. Presidente, ainda com este meu Projeto, constando que estes municípios estão ligados às estradas principais entre 60 a 70 quilômetros, ou alguns mais perto da estrada asfaltada sendo Paranavaí, uma região que liga Maringá a Umuarama. Mas, estes Municípios ficam em sentido transversal deste asfalto, desta estrada que ora proponho. Pois, eu gostaria, Srs. Deputados, de encontrar a compreensão de todos, no apoio a este Projeto, pois se esta estrada for construída, será uma das grandezas e das riquezas daquele povo que lá habita.

Contando com a solidariedade de todos e a necessidade daquela população eu tenho certeza absoluta que terei o apoio, pois confio em cada cidadão que representa a parcela do povo paranaense.

Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência convida o Sr. Deputado Nelson Buffara a assumir a Presidência dos trabalhos.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Nelson Buffara).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao quarto Orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Transcorre em data de hoje, o Centenário da Imigração Polonesa no Paraná. E não seria justo, Sr. Presidente que esta Casa de Leis, que em tantas oportunidades cantou o valor da gente polonesa e a cujo esforço e trabalho deve o Paraná parte do seu progresso e da sua grandeza, que esta Casa, nesta data, silenciasse.

Deseja este Deputado, em nome das representações dizer para o Paraná o motivo de significada honra, registrar o evento. Desejamos lembrar que, nesta data, segundo a documentação oficial coletada no terceiro volume dos Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa, transcorre no dia de hoje, 30 de setembro, o Centenário da vinda dos primeiros colonos imigrantes ao Paraná. O registro, como disse, nos Anais desta Casa, deve significar o reconhecimento dos representantes do povo, a uma das maiores comunidades que vieram até o nosso Estado, integrando-se a outras correntes, provenientes de países distantes e de todos os recantos da Nação Brasileira, para aqui, juntos, organizarem-se nesta nova civilização.

Ao consignarmos o presente voto de congratulações desejamos ressaltar

que os descendentes de poloneses congregados em torno da Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa do Paraná, escolheram a melhor forma de comemorar a efeméride jubilar, qual seja, registrar os feitos, na publicação dos Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa, que se encontra no 5.º Volume. Nesta obra monumental estão registrados os feitos daquele agricultor anônimo que, na época, sem o auxílio dos Governos da Polônia e do Brasil, semeou colônias e implantou civilização mediante a construção de igrejas onde a sua religião foi sempre professada no sentido de demonstrar o amor ao próximo.

A construção da primeira escola, tendo à frente os primeiros professores, descendentes destes imigrantes. As Sociedades hoje tradicionais em Curitiba e em outros tantos pontos de nosso Estado.

Tudo isto ao longo, principalmente, da então fértil região do Vale do Iguaçu e do Rio Negro, bem como ainda pelos campos gerais de Guarapuava, disseminando-se para as demais regiões e demais Estados sulinos.

Seja portanto este modesto registro, a significação do aprégo e da consideração que os Deputados à Assembléia Legislativa do Paraná tributam à maior leva de imigrantes que aportou ao nosso Estado a imigração polonesa, que tanto deu do seu trabalho, do seu valor ao progresso paranaense tendo neste Estado, sempre mais consolidada a confiança e, além dela, o agradecimento de todos quantos lutam pelo engrandecimento desta terra que é de todos.

Obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 100-71, de autoria do Dep. Erondy Silvério, fica acrescido do Artigo que especifica, à Lei n.º 5.611, de 09 de agosto de 1967. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 32-69, de autoria do Dep. Pinto Dias, que autoriza a Produção e Aquisição de Sementes de Algodão em todo o território Nacional, pelas cooperativas legalizadas, proibindo a cessão ou revenda a terceiros pelos cooperados e das outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.A. — com SUBSTITUTIVO. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 205-70, de autoria do Dep. Erondy Silvério, ficam isentas de Imposto sobre Circulação de Mercadorias as operações decorrentes da industrialização ou comercialização de cal. — Parecer da C.C.J. — pela REJEIÇÃO. — **Rejeitado.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 231-69, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo a criar, na localidade denominada Monte Real, Município de Sto. Antônio da Platina, um Ginásio Estadual, para funcionar no próximo ano letivo. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.I.P. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 231-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na localidade denominada Monte Real, Município de Santo Antônio da Platina, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de Outubro de 1969.

a) Dep. Gabriel Manoel

JUSTIFICATIVA:

Monte Real, localizado no Município de Santo Antônio da Platina, aspira, de há longo tempo, pela criação de um estabelecimento de ensino de grau ginasial.

O contingente estudantil do local, para continuar com os estudos após o curso primário, tem que se deslocar à sede do Município, onde o ginásio não mais comporta os alunos ali matriculados. Além do mais, a ida à sede municipal onera, sobremodo, o orçamento doméstico das famílias de Monte Real, que desejam ver seus filhos cursando escola de mais elevado grau.

Por tais razões, apresentamos o presente plano de lei à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê apoio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 231-69

P A R E C E R

I — De autoria do Deputado Gabriel Manoel, o presente plano de lei visa autorizar o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual na localidade de Monte Real, Município de Santo Antônio da Platina.

II — O Projeto está devidamente justificado e não fere nenhum dispositivo constitucional e tratando-se de proposição autorizatória, nosso parecer é pela **Aprovação**.

Sala das Comissões, em 19 de Maio de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

Gilberto Carvalho

Cândido Martins de Oliveira

Emílio Carazzini

Igo Losso

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

P A R E C E R

Ao Projeto de Lei no. 231-69

1) — O presente Projeto, da iniciativa do nobre Deputado Gabriel Manoel, visa autorizar o Poder Executivo a criar um Ginásio na localidade de Monte Real, Município de Santo Antônio da Platina.

2) — A Douta Comissão de Constituição e Justiça apresentou seu parecer, concluindo pelo acolhimento da proposta de lei ora examinada.

3) — Nada há, com efeito, que vede a aprovação do presente Projeto, pois está enquadrado nos limites de atuação deste Poder, bem como apresenta-se satisfatoriamente justificado.

Pela aprovação, é o parecer sub-censura.
Sala das Comissões, em de Junho de 1971.
aa) Antônio L. Júnior — Presidente
Arizone Araújo — Relator
Francisco Escorsin

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

Ao Projeto de Lei N.º 231-69

I — Assinado pelo Deputado Gabriel Manoel, o Projeto de Lei em exame autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual em Monte Real, no Município de Santo Antônio da Platina.

II — Do ponto de vista financeiro que cabe a esta Constituição analisar, na da há a opor.

Pela aprovação é o Parecer.

Sala das Comissões, em de Julho de 1971.

aa) Leopoldo Jacomei — Presidente

Fuad Nacli — Relator

Paulo Poli

Santos Lima

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando justificação à sua falta do dia 29 do corrente. — Ao Sr. 1.º Secretário, para os devidos fins.

Requerimento de autoria do sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando o encaminhamento de ofício ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado no sentido de lhes serem fornecidas, pelo Sr. Juiz de Direito da Lapa, informações a respeito da menor Mônica, que foi encontrada abandonada na Comarca da Lapa. Retirado pelo utor.

Requerimento de autoria do sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando o encaminhamento de sugestão ao Sr. Diretor Presidente da COHAPAR no sentido de ser estudada a possibilidade de se construir casas populares em Palmas. — Aprovado.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Lázaro Dumont e Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando o encaminhamento de apêlo ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, no sentido de ser instalada uma Agência do estabelecimento no Município de Vitorino. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, lido da Tribuna, solicitando o envio de ofícios ao Sr. Ministro do Interior e a Direção do Banco Nacional de Habitação, encarecendo providências a fim de reduzir os juros e correção monetária nos empréstimos concedidos através do Sistema Financeiro do Saneamento. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando o encaminhamento de apêlo ao Sr. Ministro da Educação e ao Reitor da Universidade de Londrina, no sentido de que sejam abertos dos exames de matemática e ciências nos vestibulares das Faculdades de Direito e Filosofia, os alunos que cursaram o clássico. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando o encaminhamento de expediente ao Sr. Diretor do Detran, a fim de que sejam estudadas as possibilidades de implantação de "quebra-molas" na Avenida Kennedy e Avenida Paraná. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela investidura ao importante cargo de Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria, do Sr. Lydio Paulo Bettega, eleito novamente. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem, na data de ontem

do 25.o aniversário da fundação da Orquestra Sinfônica da Universidade Federal do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni e outros, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos aos representantes da As grandes da Representação de Santa Catarina, pelo trabalho aqui desenvolvido. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni e outros, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos aos Srs. Deputados integrantes da Representação de Santa Catarina, pelo trabalho aqui desenvolvido, contribuindo muito para o êxito da reunião. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni e outros, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos aos Srs. Deputados representantes da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, pelo brilho da sua cultura e o dinamismo dos seus conhecimentos, contribuindo para o êxito da reunião aqui realizada. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni e outros, constante do Expediente, solicitando voto de reconhecimento e de regozijo ao Sr. Deputado Federal Célio Borja. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao General de Exército Idelfonso Sardenberg por sua posse, na tarde de ontem, na Chefia do Estado Maior das Forças Armadas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações pelo transcurso do primeiro centenário da imigração polonesa ao Paraná. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 1.o de outubro, sexta-feira, às 10,00 horas, com a seguinte

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.os 193-70 — 27-71 — 75-71 — 79-71 — 104-71 — 141-71.

ORDEM DO DIA:

Levanta-se a sessão.